boletim

Ano 14, Nº 105 - Junho de 2024

CONTRA-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Privatização da educação básica:

que *interesses* estão por trás do modelo de educação pública aprovado no Paraná

Assista a apresentação completa do conteúdo deste boletim clicando aqui.

Introdução

No último dia 4 de junho, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou um projeto de lei, permitindo a terceirização da gestão administrativa e de infraestrutura das escolas públicas estaduais por meio do Programa Parceiro da Escola. A medida, que ganhou repercussão nacional, trouxe a luz uma questão latente nos últimos anos: a privatização da educação básica, que, em distintos níveis já é uma realidade presente em vários estados e municípios brasileiros, como parte do acelerado processo de privatização dos bens e serviços públicos.

O mercado de educação básica começou a despertar a atenção das empresas privadas com mais força, por volta de 2015, com a crise do Fies, programa federal de financiamento estudantil para a educação superior, mas, antes mesmo já era perceptível a movimentação do setor no debate da Reforma do Ensino Médio, do Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2014-2024, e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tiveram como principais impulsionadores, atores ligados ao setor empresarial, entre os quais a Fundação Lehman, o Instituto Ayrton Senna e o Movimento Todos pela Educação.

Para contribuir com este debate, o Boletim Contra-Corrente deste mês aborda este tema, buscando demonstrar quais interesses estão por trás da terceirização da educação e sobretudo da entrega da administração das escolas públicas à iniciativa privada. Mais do que uma mera transferência da gestão com a suposta finalidade de otimizar o gasto público e melhorar a qualidade do ensino, o real objetivo é a transferência direta de recursos públicos para o setor privado e a ampliação dos lucros dos empresários do ramo, o que evidencia, de forma inequívoca, o real papel do Estado na sociedade capitalista: assegurar, por todos os meios, a remuneração do capital, como demostraremos a seguir.

Boa leitura!

A marcha da *privatização* da educação brasileira

Nas duas primeiras décadas do século XXI vimos avançar rapidamente a participação da iniciativa privada na educação brasileira. No Ensino Superior esse movimento já vinha ocorrendo desde o final do século passado. Entre 1996 e 2020 as Instituições de Ensino Superior (IES) cresceram 3.264% passando de 64 Instituições para 2.153. Este crescimento se deu fundamentalmente pela expansão da rede privada. Em 2000, o setor respondia por 18,5% do total das matrículas, 12 anos depois passou para 50,4%. Atualmente, o setor privado abocanha 77,5% de todas as matrículas efetivadas na educação superior no país.

Tabela 01
(Total de IES - Brasil)

Instituições	Total	%	Capital	%	Interior	%
Brasil	2.457	100%	856	34,83%	1.601	65,16%
Públicas	304	12,37%	98	3,98%	206	8,38%
Federal	118	4,80%	67	2,72%	51	2,07%
Estadual	129	5,29%	31	1,26%	98	3,98%
Municipal	57	2,31%	-	-	57	2,31%
Privadas	2.153	87,62%	758	30,85%	1.395	56,77%

Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis

Os incentivos públicos foram os principais impulsionadores dessa expansão. O Ministério da Educação, que regula o setor, é o responsável pelos principais programas de financiamento para superior privado, como o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies[1]) ; o Programa Universidade para Todos (ProUni[2]) ; o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies[3]) e a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS Educação[4]) . Com exceção do Fies que foi criado na gestão de FHC e aperfeiçoado pelo governo Lula, todos os outros programas foram implementados pelos governos do PT, que foi o grande impulsionador da "democratização da educação superior" por meio do financiamento do setor privado. Entre 2000 e 2015, na esteira da expansão das IES privadas, somente os recursos públicos para o FIES saltaram 553,3%, passando de R$ 2,3 bilhões para R$ 15,5 bi.

[1] Sancionada pela presidente Dilma, em julho de 2012, o programa prevê que as IES com dívidas tributárias federais, em crise financeira poderão solicitar um plano de recuperação e concessão de moratória revertendo o pagamento de suas dívidas com a União na concessão de bolsas para estudantes de cursos de nível superior.

[2] Programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes sem diploma de nível superior.

[3] Programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores de instituições privadas, sendo que o fundo garante até 90% do risco de inadimplência das operações de crédito educativo.

[4] Certificado concedido pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, que garante que entidade privadas sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de educação por meio de oferta de bolsas em atendimento à legislação vigente possam desfrutar de isenção do pagamento da cota patronal das contribuições sociais, e receber transferências de recursos governamentais a título de subvenções sociais.

Recursos financeiros associados ao FIES - administração e financiamento dos estudantes (Valores em R$, a preços de janeiro de 2016, corrigidos pelo IPCA)

Ano	Recursos para a administração do FIES	Recursos para o financiamento dos estudantes	Total
2000	11.376.836	2.365.682.279	2.377.059.114
2001	28.530.061	1.189.604.694	1.218.134.755
2002	50.422.428	1.406.894.383	1.457.316.811
2003	69.321.462	1.415.935.122	1.485.256.583
2004	73.743.338	1.296.388.819	1.370.132.157
2005	115.723.279	1.330.024.014	1.445.747.294
2006	94.583.704	1.516.352.926	1.610.936.630
2007	189.920.690	1.460.192.991	1.650.113.681
2008	169.008.727	1.712.717.215	1.881.725.942
2009	146.741.491	1.981.788.327	2.128.529.818
2010	170.090.828	2.349.882.226	2.519.973.054
2011	196.703.015	3.182.597.320	3.379.300.335
2012	229.465.125	6.734.268.859	6.963.733.984
2013	333.184.042	8.935.598.047	9.268.782.089
2014	138.124.540	13.964.986.186	14.103.110.726
2015	820.027.320	14.709.583.082	15.529.610.402

Fonte: Execução Orçamentária da União - 2000-2015

Os caminhos para a privatização da *Educação Básica*

Esse caminho, consolidado no Ensino Superior, começa a ser experimentado também no Ensino Básico. Escolas de educação básica têm atraído, cada vez mais o interesse de fundos de capital privado (private equity), que compram participação em empresas, e grupos privados estrangeiros, especialmente britânicos, interessados no mercado brasileiro. Em 2022, as escola particulares, que respondem por apenas 18% dos alunos matriculados na rede básica, movimentaram R$ 84 bilhões.

Entre essas operações estão, por exemplo, a da gestora americana L Catterton; que está em tratativas finais para colocar cerca de R$ 1 bilhão na Inspira, rede de escolas controlada por um fundo do banco BTG Pactual; e os fundos Atmos e Advent; negociando a compra de uma fatia do Grupo Salta, que tem entre seus sócios o empresário Jorge Paulo Lemann (Ambev, Americanas, 3G, Kraft-Heinz, entre outras), cuja Fundação Lehman é uma das mantenedoras do Movimento Todos Pela Educação.

O mercado de educação básica, que já vinha atraindo a atenção do setor empresarial pelo potencial, ganhou impulso com a crise do Fies, por volta de 2015. Segundo levantamento RGS Partners entre 2016 e 2022 ocorreram 104 transações de aquisições de escolas particulares lideradas por 14 grupos. A estratégia dos investidores é replicar o processo de expansão e concentração que ocorreu no Ensino Superior. Hoje, os cinco maiores grupos de Educação Superior detêm 28% das matrículas das IES. Na Educação Básica, esse percentual é de apenas 5%.

Grupos	Origem	Número de aquisições	Financiadores
Inspira	Rio de Janeiro	36	BTG
Grupo Salta	Rio de Janeiro	15	Warburg Pincus e Gera Capital
Bahema	São Paulo	13	Mint Capital
Grupo SEB	São Paulo	12	Empresa familiar
Positivo	Paraná	10	Empresa familiar
Great Schools	São Paulo	5	Fundadores
Cognita	Inglaterra	5	Jacob Holding
Nord Anglia Education	Inglaterra	2	EQT
International Schools Partnership	Inglaterra	2	Partners Group e Omers
Inspired	Inglaterra	1	Warburg Pincus e TA Associates
Swiss International School	Suíça	1	Klettgruppe e Kalaidos Fachhochhute Schweiz

Fonte: RGS Partners, Oliver Wyman e Hoper Educação

Contudo não é possível ganhar escala na Educação Básica com os mesmos mecanismos usados no Ensino Superior. Um pouco antes da pandemia, já vinham surgindo algumas iniciativas para formar grupos de escolas voltadas à base da pirâmide, de olho numa migração de alunos da rede pública. Mas com a deterioração da economia, esses projetos recuaram e as corporações passaram a apostar em uma nova fórmula, sendo que para ter acesso aos recursos públicos sem ter que arcar com os custos pesados de infraestrutura que a rede básica demanda; devido principalmente a pulverização da rede; o procedimento adotado pelas empresas passou a ser, além de estratégias tradicionais; como terceirização de mão de obra para serviços de manutenção e conservação das escolas, limpeza e segurança, transporte escolar, fornecimento de uniformes e material didático e inclusive dos convênios para prover vagas para a educação infantil; investir pesado no segmento de gestão educacional ou outros serviços como a capacitação de gestores e técnicos, mediante consultoria especializada, cujo modelo já vinha sendo impulsionado, ainda que de maneira mais tímida, principalmente com a implementação da Reforma do Ensino Médio e que agora passa a ser adotado no Paraná.

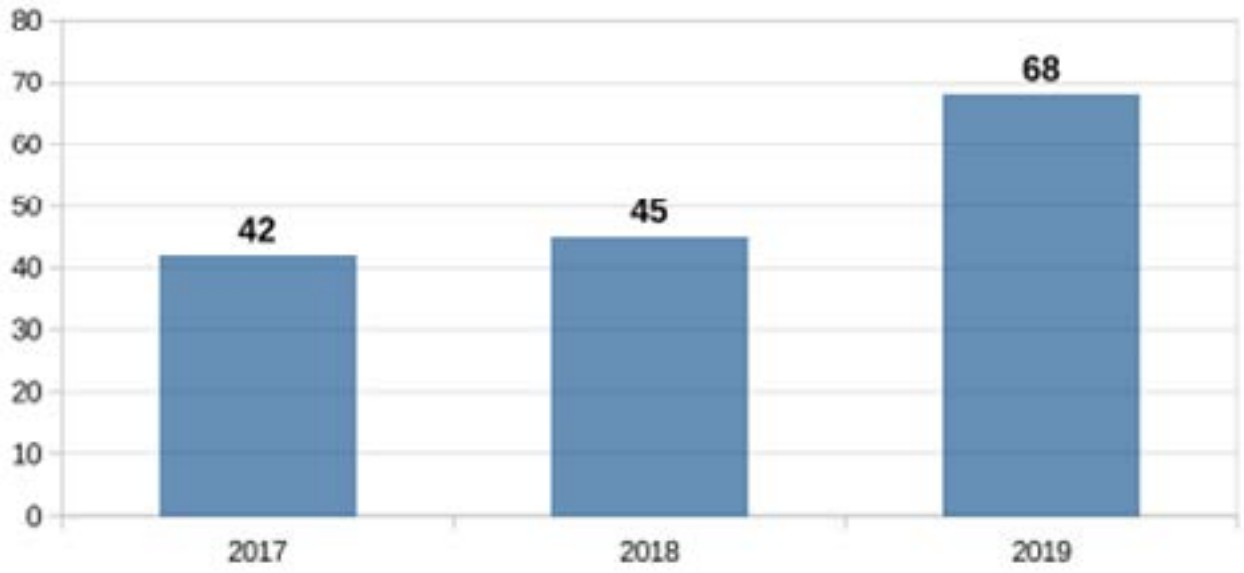
Estratégias tradicionais de *terceirização*

Entre as estratégias tradicionais de terceirização na educação podemos citar os exemplos de Belo Horizonte e São Paulo.

Em BH, o gasto com atividades terceirizadas pelo município em geral apresentaram um expressivo crescimento entre 2013 e 2018, passando de R$ 1,9 bi para R$ 2,5 bi (mais de 30% em 5 anos) consumindo cerca de 25% das receitas totais do Município, na casa dos R$ 10 bilhões.

Com relação à educação básica, o número de contratos da Prefeitura com empresas terceirizadas cresceram 60% em 2 anos, passando de 42 em 2017, para 68 em 2019.

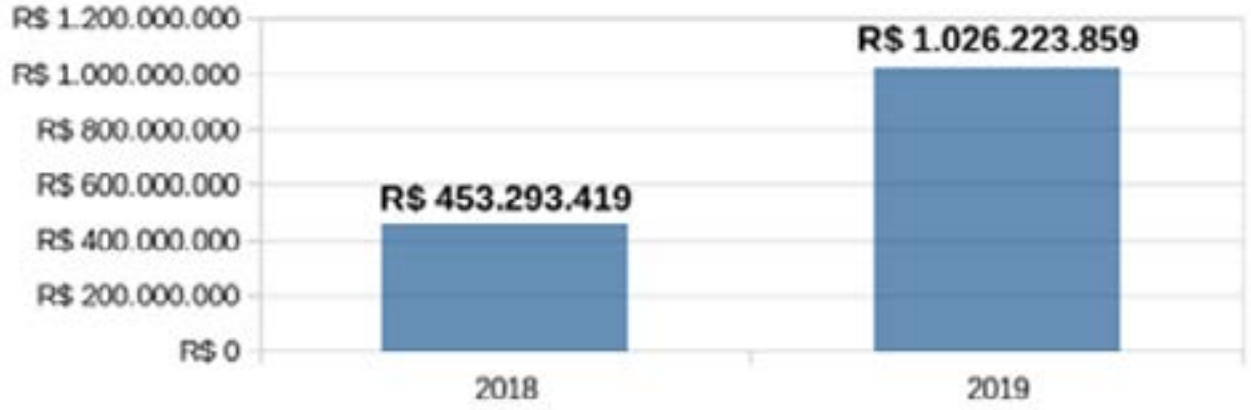
Quantidade de contratos na prefeitura de Belo Horizonte relacionados à Educação



Fonte: Portal transparência de Belo Horizonte. **Elaboração:** ILAESE

Já em termos monetários o salto foi ainda mais exorbitante, passando de R$ 453 milhões, em 2018 para mais de R$ 1 bilhão, em 2019, o que representa uma variação de 126% de um ano para outro.

Valor total dos contratos apurados em cada ano (em reais)



Fonte: Portal transparência de Belo Horizonte. **Elaboração:** ILAESE

Algo semelhante podemos ver na cidade de São Paulo com relação à rede de Educação Infantil. Entre 2000 e 2020, 1.717 convênios foram firmados com a chamada rede parceira para a seção de vagas de creche para crianças de 0 a 3 anos, saltando de 384 para 2.101 o número de unidades terceirizadas no período de 20 anos (variação de 447,1%).

Se em 2000 os Centros de Educação Infantil (CEIs) geridos diretamente pela Prefeitura respondiam por 41,4% das unidades, em 2024, a Rede Parceira já detém 83,4%, sendo que 8 em cada 10 crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche em São Paulo estão em unidades conveniadas.

Expansão de RMEI de São Paulo 2000, 20220 e 2024

ESCOLA POR TIPO	2000	%	2020	%	2024	%
CEI Direto	271	41,4	427	16,9	436	16,6
CEI Indireto	91	13,9	377	14,9	390	14,8
CEI Parceiro	293	44,7	1.724	68,2	1.807	68,6

Fonte: SME-SP. **Elaboração:** ILAESE

Em decorrência deste movimento podemos observar que o percentual de repasse do Orçamento da Educação para a Rede Parceira, saltou quase 1.000% em 15 anos, passando de menos de 2% em 2005 (R$ 15 milhões) para quase 20% em 2020 (R$ 2,3 bilhões).

Ano	1.Orçamento Educação R$ (empenhado)	2.Manutenção e Operação da Rede Parceira R$	% de 2/1
2005	783.519.421	15.161.642	1,9
2010	5.935.426.691	529.412.672	8,9
2015	9.709.032.243	1.427.248.969	14,7
2020	11.872.583.011,13	2.354.160.528	19,8

Fonte: SME-SP. **Elaboração:** ILAESE

A *Reforma do Ensino Médio* e a nova estratégia das empresas

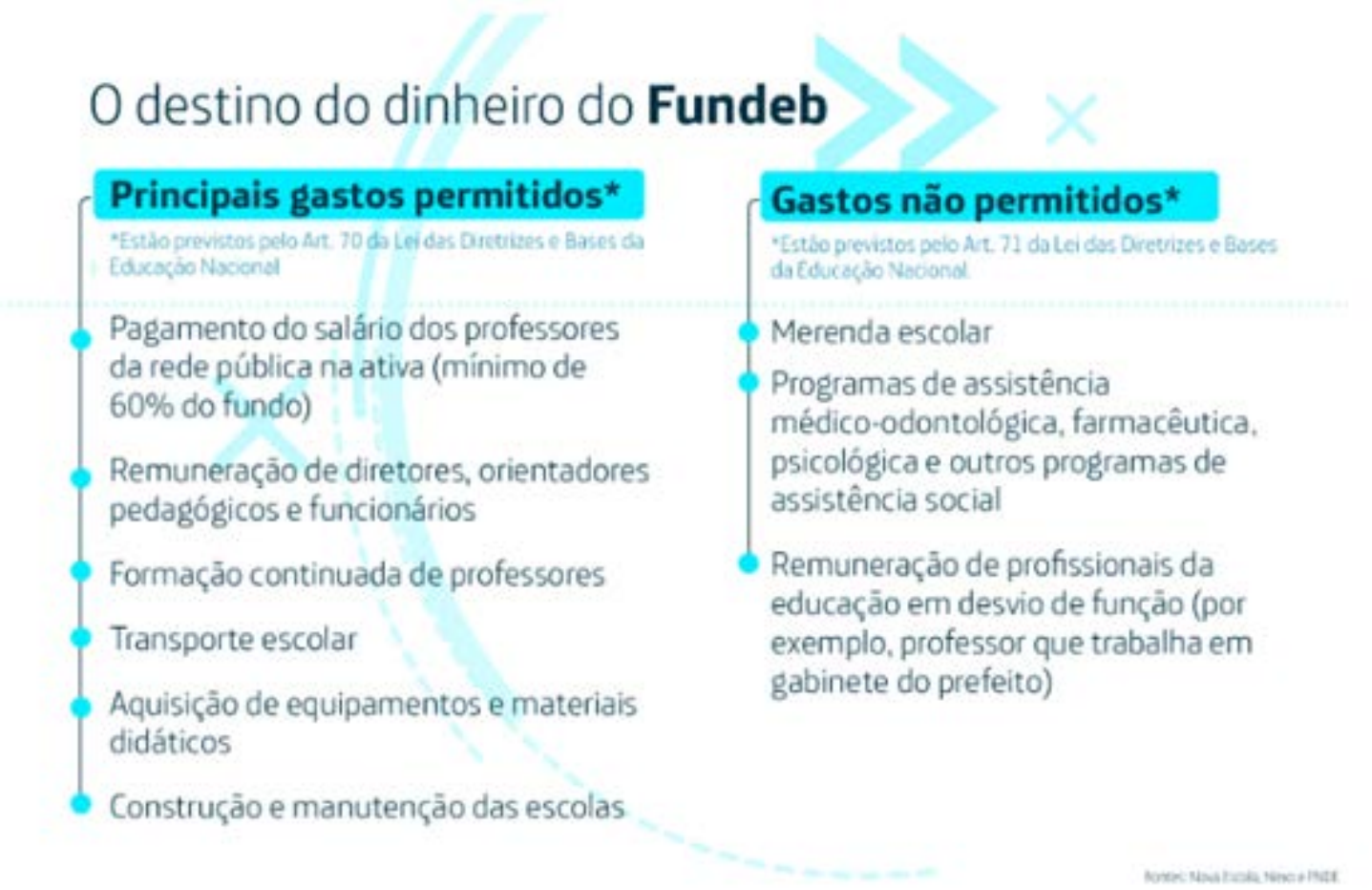
A reforma do Ensino Médio, gestada durante o governo Dilma (PT) e instituída por Temer (PMDB) em 2017, é uma peça fundamental para a compreensão da nova estratégia das empresas de investir em gestão educacional ou outros serviços como a capacitação de gestores e técnicos, mediante consultoria especializada.

O Projeto de Lei que introduziu o debate sobre a reforma do Ensino Médio, foi apresentado em 2013 por autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e contou com a participação de vários atores ligados ao setor empresarial, entre os quais a Fundação Lehman, o Instituto Ayrton Senna e o Movimento Todos pela Educação que tem entre suas mantenedoras Fundações ligadas a empresas privadas, como o Instituto Unibanco, o Itaú Social, a Fundação Bradesco, o Instituto Natura, as Fundações Vale e Wolkswagem, e empresas como a Gol e Ifood, entre outras.

Vejamos o que diz o parágrafo 11 do artigo 36 da Lei aprovada em 2017:

> § 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do Ensino Médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação à distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: I - demonstração prática; II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas; IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; V -estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; VI - cursos realizados por meio de educação à distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (BRASIL, 2017)

Como podemos ver, o texto está totalmente de acordo com a nova estratégia do mercado para se apropriar de recursos públicos por meio de convênios, especificamente com instituições que já possuem "expertise" na área, sendo que a Lei assinala a possiblidade de uso dos recursos repassados pelo FUNDEB. A estratégia dos empresários do setor é aproveitar também essa abertura para recompor seus caixas no curto prazo, já que com a pandemia, não só a inadimplência e redução de receitas com descontos em muitas escolas privadas cresceu, como a necessidade de aumento de investimentos em tecnologias, devido às aulas remotas, deixou muitas destas instituições fragilizadas as suas margens de lucro.



Vale lembrar que tanto a Reforma do Ensino Médio, como o Plano Nacional de Educação (PNE) vigente e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que contemplam os interesses dos empresário se deram graças e com a total anuência do Ministério da Educação.

O caso do *Paraná*

Novecentos e oito mil estudantes e um orçamento de R$ 3,96 bilhões de reais. Essa é a fatia do "mercado" que está na mira do projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná, e sancionada pelo governador Ratinho Jr (PSD), permitindo a privatização da gestão administrativa e de infraestrutura das escolas públicas estaduais por meio do Programa Parceiro da Escola.

Antes mesmo da aprovação do novo modelo de gestão escolar, o Estado vinha avançado rapidamente na terceirização da educação. Em abril de 2020, foi aprovada uma lei que extinguiu vários cargos da administração pública, entre os quais os de Agente Educacional I e II, do Quadro dos Funcionários da Educação Básica (QFEB).

Com isso, à medida que se aposentam, trabalhadores antes selecionados por meio de concurso público ou do Processo Seletivo Simplificado (PSS) – regime de contrato especial realizada pelo Estado para suprir a demanda de professores e funcionários da educação – agora são substituídos por profissionais contratados por empresas.
O governo loteou o estado e entregou os "feudos" para 13 empresas, que ganham dinheiro fácil com contratos de terceirização de mão de obra nas escolas estaduais. Os lotes com os Núcleos Regionais de Educação são disputados por meio de pregões eletrônicos. Atualmente 14,7 dos 29,5 mil, ou seja praticamente metade funcionários de escolas já são terceirizado em todo o Estado, os cargos mais ocupados pela terceirização são os de servente de limpeza e de assistente administrativo.
Em 2019, o gasto com funcionários contratados via PSS foi de R$ 314 milhões, em 2022 o valor dos contratos via empresas terceirizadas saltou para R$ 532 milhões (69% a mais). Vale destacar que o contrato firmado entre o governo e as empresas prevê como remuneração um valor fixo por funcionário disponibilizado. Em 2024, o contrato com uma das empresas prestadora de serviços para atuar em Núcleos de Educação de 14 municípios, prevê o repasse de R$ 3.210,14 por merendeira e de R$ 3.821,87 por servente de limpeza, sendo que o valor total pago à empresa é a soma dos repasses por funcionário, no entanto não há garantia de um valor mínimo para os trabalhadores, que é definido pela empresa contratada.

Já o novo programa aprovado propõe inicialmente, a entrega de 204 escolas em 110 cidade – cerca de 10% da rede estadual – para empresas com “expertise em gestão educacional”. O argumento é que a terceirização permitirá a eficiência na gestão dos recursos públicos e a melhora da qualidade do ensino. Na prática, empresas ficarão responsáveis pela infraestrutura, segurança, limpeza, internet, merenda e contratação de funcionários administrativos e professores temporários.

A Secretaria Estadual de Educação (Seed) garante que a autonomia pedagógica será respeitada, mas os professores efetivos deverão atender a critérios e metas estabelecidos pelas empresas contratadas, sendo que entre os parâmetros de avaliação da gestão privada consta, entre outros, indicadores pedagógicos, como a evolução da aprendizagem.

Além disso, a promessa é que os trabalhadores concursados lotados nas unidades escolares serão mantidos, mas o projeto possibilita a troca de escola por meio de remoção, sendo que, para suprir a carência de pessoal concursado, a empresa parceira DEVERÁ CONTRATAR FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES TERCEIRIZADOS pelo regime de CLT, ou seja, estas escolas não terão providos novos docentes por meio de concurso público ou sequer via PSS.

Conclusão

Como se vê o modelo de gestão escolar aprovado no Estado do Paraná não é um ponto fora da curva mas parte da mesma estratégia de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, cujos mecanismos podem variar de um ente federado para outro, mas que ao fim e ao cabo servem ao mesmo propósito.

Além disso está totalmente de acordo com as diretrizes apontadas para a Educação Básica, no PNE vigente, na Reforma do Ensino Médio e na nova BNCC, debatidas e implementadas no âmbito do Ministério da Educação e que não estão limitadas a governos de uma ou de outra matiz burguesa (privatista, desenvolvimentista, de direita ou progressista, etc), mas refletem mudanças estruturais do país, como a localização do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho e os interesses imperialistas e de seus sócios locais.

Tanto é assim que se bem foi o governo FHC (PSDB) que criou o Fies, foram justamente os governos Lula e Dilma (PT) os maiores impulsionadores da expansão do Ensino Superior Privado. Se bem a Reforma do Ensino Médio e a nova BNCC foram gestadas nos governos do PT, coube a Temer (PMDB) e Bolsonaro (PL) implementá-las. Neste momento, em que governa Lula, já está em franco debate o PNE para o decênio 2024-2034, sendo que recentemente a Federação da Industria do Estado do Rio Grande no Norte (FIERN) patrocinou um seminário do SESI – Seminário Internacional do SESI de Educação – justamente para aportar “contribuições” na elaboração das diretrizes, metas e estratégias para as políticas educacionais para os próximos 10 anos.

Neste sentido, em que pese a necessidade de defendermos a ferro e fogo as conquistas sociais do conjunto da classe trabalhadora, como a educação pública, esta defesa não pode e não deve se confundir com a defesa genérica do setor público frente ao setor privado ou do Estado frente ao Mercado, visto que não são antagônicos, mas estão ao serviço dos mesmos interesses burgueses capitalistas.

Do ponto de vista da classe trabalhadora esta defesa, e a luta que dela deriva, para ter êxito, deve partir e estar a serviço de um novo projeto de sociedade, que supere o modo de produção capitalista, seu Estado e seus governos, cujo sistema se baseia no lucro, na defesa da propriedade privada, na livre iniciativa, no livre-comércio e no individualismo e a riqueza considerada mérito da pessoa; e aponte para um sistema socialista, pautado igualdade, na coletividade, onde os meios de produção são controlados por quem de fato produz a riqueza social – a classe trabalhadora e a riqueza produzida seja repartida entre toda a sociedade, de acordo com as necessidades de cada integrante.

Assista a apresentação completa do conteúdo deste boletim clicando aqui.

Privatização da Educação Básica: interesses por trás do aprovado no Paraná - Brasil em Foco #025

EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensa elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 9697-4672- ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.